

Omega Energia e Implantação 2 S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Omega Energia e Implantação 2 S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omega Energia e Implantação 2 S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Omega Energia e Implantação 2 S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4

Omega Energia e Implantação 2 S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.556	3.492	26.614	3.492
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	10	-
Outros créditos		8.832	1.100	10.778	1.100
Dividendos a receber		1	-	-	-
Debêntures	8	-	6.995	-	6.995
Tributos a recuperar		188	169	209	169
Total do ativo circulante		35.577	11.756	37.611	11.756
Ativo não circulante					
Investimentos	9	299.216	-	-	-
Imobilizado	10	200.295	54.100	588.777	54.100
Intangível		181	27	377	27
Total do ativo não circulante		499.692	54.127	589.154	54.127
Total do ativo		535.269	65.883	626.765	65.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Energia e Implantação 2 S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Passivo circulante					
Fornecedores	11	77	2.502	88.129	2.502
Imposto de renda e contribuição social a recolher		45	-	58	-
Obrigações trabalhistas e tributárias		2.265	693	2.536	693
Outras obrigações	12	13.488	1.499	13.488	1.499
Provisões diversas		31	27	3.040	27
Total do passivo circulante		15.906	4.721	107.251	4.721
Passivo não circulante					
Outras obrigações	12	1.172	-	1.172	-
Obrigações tributárias		-	-	151	-
Total do passivo não circulante		1.172	-	1.323	-
Total do passivo		17.078	4.721	108.574	4.721
Patrimônio líquido					
Capital social	13	526.093	67.400	526.093	67.400
Prejuízos acumulados		(7.902)	(6.238)	(7.902)	(6.238)
Total do patrimônio líquido		518.191	61.162	518.191	61.162
Total do passivo e patrimônio líquido		535.269	65.883	626.765	65.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Energia e Implantação 2 S.A.

Demonstração de resultado dos exercícios findos
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação e número de ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Despesas operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	14	(1.018)	(1.704)	(1.391)	(1.704)
Outras receitas operacionais		-	-	119	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	(248)	-	-	-
Total das despesas operacionais		(1.266)	(1.704)	(1.272)	(1.704)
Receitas financeiras					
Receitas financeiras	15	832	759	895	759
Despesas financeiras	15	(1.185)	(5.292)	(1.231)	(5.292)
Despesas financeiras líquidas		(353)	(4.533)	(336)	(4.533)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.619)	(6.237)	(1.608)	(6.237)
IRPJ e CSLL	16	(45)	(1)	(56)	(1)
Prejuízo do exercício		(1.664)	(6.238)	(1.664)	(6.238)
Número de ações					
Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)	17			172.166.384	10.113.525
				(0,0097)	(0,6168)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Energia e Implantação 2 S.A.
Demonstração de resultados abrangentes
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
<i>Prejuízo do exercício</i>	(1.664)	(6.238)	(1.664)	(6.238)
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>	-	-	-	-
<i>Resultado Abrangente total</i>	<u>(1.664)</u>	<u>(6.238)</u>	<u>(1.664)</u>	<u>(6.238)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Energia e Implantação 2 S.A.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015		-	-	-
Aumento de capital		67.400	-	67.400
Prejuízo do exercício		-	(6.238)	(6.238)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		67.400	(6.238)	61.162
Aumento de capital	13	463.330	-	463.330
Cisão	1	(4.637)	-	(4.637)
Prejuízo do exercício		-	(1.664)	(1.664)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		<u>526.093</u>	<u>(7.902)</u>	<u>518.191</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Energia e Implantação 2 S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) antes de impostos	(1.619)	(6.237)	(1.608)	(6.237)
Ajustes:				
Resultado de equivalência patrimonial	248	-	-	-
Receita de juros de debêntures	-	(260)	-	(260)
	(1.371)	(6.497)	(1.608)	(6.497)
(Aumento) redução nos ativos				
Tributos a recuperar	(19)	(169)	(40)	(169)
Outros créditos	(7.732)	(1.100)	(9.678)	(1.100)
Aumento (redução) nos passivos				
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(8)	-
Outras contas a pagar	5.804	2.219	9.084	2.219
Obrigações Tributárias	-	-	151	-
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(3.318)	(5.547)	(2.099)	(5.547)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(134.882)	(51.549)	(435.311)	(51.549)
Aquisição de ativo intangível	(102)	(77)	(298)	(77)
Aumento de capital social em controladas	(299.464)	-	-	-
Aplicação em debentures	-	(6.735)	-	(6.735)
Caixa Líquido usado nas atividades de investimento	(434.448)	(58.361)	(435.609)	(58.361)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital social	463.330	67.400	463.330	67.400
Cisão parcial - caixa vertido	(2.500)	-	(2.500)	-
Caixa Líquido gerado nas atividades de financiamento	460.830	67.400	460.830	67.400
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	23.064	3.492	23.122	3.492
Demonstração do aumento do caixa e equivalente de caixa				
No início do período	3.492	-	3.492	-
No fim do período	26.556	3.492	26.614	3.492
	23.064	3.492	23.122	3.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Omega Energia e Implantação 2 S.A. (“Companhia”), com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 5 de outubro de 2011 como sociedade por ações de capital fechado.

Até agosto de 2015, a Companhia tinha a denominação de Serra das Agulhas S.A. e não havia empreendido qualquer negócio, quando mantinha registrado em seus livros contábeis apenas R\$100,00 como capital social integralizado e o mesmo valor registrado em Caixa e equivalentes de caixa.

As demonstrações financeiras individual e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”).

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de agosto de 2015, além da alteração para a atual denominação da Companhia, foi alterado seu objeto social para: a) participação e desenvolvimento, diretamente ou por meio de joint venture (parceria), consórcio ou qualquer outra sociedade em cujo capital social a Companhia tenha participação, de ativos de renovável, incluindo, mas não se limitando a pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas termelétricas movidas a biomassa.

O empreendimento atualmente em curso pela Companhia é o denominado Delta 3. Delta 3 é um projeto em implantação no litoral do Estado do Maranhão, com vasto potencial eólico, composto por oito centrais geradoras eólicas, com potência instalada total de 220,8 MW, distribuídos em 96 aerogeradores, além de uma linha de transmissão de 500 kV de aproximadamente 240 km, com capacidade de acrescentar até 1 GW ao sistema interligado nacional no futuro.

As atividades das controladas em construção são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

As controladas em construção têm como atividade preponderante a geração e venda de energia elétrica por meio de Usinas Eólicas.

Delta 3 venceu o 22º Leilão de Energia Nova (193,2 MW) e 8º Leilão de Energia de Reserva (27,6 MW) para venda de energia no ambiente regulado a partir de janeiro de 2018, através da sua parte relacionada Omega Desenvolvimento de Energia S.A., cuja transferência para a Companhia dos direitos sobre os projetos vendidos nos mencionados leilões ocorreu após a liberação das outorgas pela ANEEL, durante o ano de 2016. O prazo de construção total de Delta 3 é de 21 meses, com entrada em operação comercial prevista para meados de 2017. O prazo de autorização de exploração é de 35 anos.

Cisão

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2016, os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia no valor de R\$4.637, sem alteração do número de ações de sua emissão, pela cisão patrimonial parcial e versão de ativos detidos pela Companhia para a formação do capital social da Delta 4 Energia S.A., sociedade detida integralmente pela controladora da Companhia. O acervo patrimonial vertido é composto dos seguintes valores:

	<u>R\$</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.500
Imobilizado – Estudos e projetos	2.315
Fornecedores	<u>(178)</u>
Acervo patrimonial líquido vertido	<u><u>4.637</u></u>

Continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 71.156, prejuízo consolidado de R\$ 1.664 e utilização líquida consolidada de caixa operacional de R\$ 2.099. Em compensação, efetuou investimentos na construção dos parques eólicos no montante de R\$ 538.454, cujas operações comerciais em sua maioria serão iniciadas em meados do segundo semestre de 2017. As atuais projeções de fluxos de caixa operacional, de investimento e financiamento em 2017, juntamente com ingressos de caixa decorrentes do início das operações comerciais das usinas e com a liberação dos financiamentos de longo prazo aprovados junto ao BNDES para as controladas da Companhia, que está previsto para ocorrer em três tranches nos meses de abril, julho e outubro de 2017, serão suficientes para a manutenção do capital de giro da Companhia e mitigam qualquer incerteza significativa sobre a capacidade da Companhia de continuar operando nos próximos doze meses.

2 Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas, a seguir relacionadas:

2.1 Participações acionárias:

Participação acionária

<u>Participações diretas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	
Delta 3 I Energia S.A.	100%	100%	(a)
Delta 3 II Energia S.A.	100%	100%	(a)
Delta 3 III Energia S.A.	100%	100%	(a)
Delta 3 IV Energia S.A.	100%	100%	(a)
Delta 3 V Energia S.A.	100%	100%	(a)
Delta 3 VI Energia S.A.	100%	100%	(a)
Delta 3 VII Energia S.A.	100%	100%	(a)
Delta 3 VIII Energia S.A.	100%	100%	(b)
Delta 3 Energia S.A.	100%	100%	(c)
MA Holding Sul de Energia S.A.	100%	100%	(c)

- (a) Sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 1º de outubro de 2016, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, que têm como objetivo a geração e comercialização de energia através da implantação e exploração de sete parques eólicos que compõem Delta 3, quais sejam aqueles que atenderão a energia comercializada através do 22º Leilão de Energia Nova (193,2 MW).
- (b) Sociedade anônima de capital fechado, nova denominação de Kalare Energia S.A desde fevereiro de 2016, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, que têm como objetivo a geração e comercialização de energia através da implantação e exploração de parque eólico que integra Delta 3, qual seja aquele que atenderá a energia comercializada através do 8º Leilão de Energia de Reserva (27,6 MW).
- (c) Sociedades de capital fechado que, atualmente, estão dormentes.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 26 de abril de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

i. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das suas controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii. Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros ao custo amortizado.

i. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii. Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

iii. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Outros passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

iv. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia manteve em 2015 instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, (ii) o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

d. Imobilizado em curso

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente usando uma taxa de desconto, antes de impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação, e uma estimativa razoável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h. Arrendamentos

i. Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

ii. Ativos arrendados

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

iii. Pagamentos de arrendamento

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, substancialmente, as receitas de juros sobre as aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real, quando aplicável.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações, aplicáveis às operações da Companhia e suas controladas, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Bancos	11	3	69	3
Aplicações financeiras de liquidez imediata	26.545	3.489	26.545	3.489
	<u>26.556</u>	<u>3.492</u>	<u>26.614</u>	<u>3.492</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas, substancialmente, por aplicações em renda fixa através de Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas lastreadas em Debêntures, indexados em média a 75% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2016 (74,97% em 31 de dezembro de 2015).

7 Partes relacionadas

A Companhia é controlada pelo fundo de investimentos em cotas de fundos de investimentos em participações administrado pela Tarpon Investimentos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Balanco patrimonial				
Ativo Circulante				
Outros créditos (a)				
Hidrelétrica Pipoca S.A	349	-	349	-
Indaiazinho Energia S.A	74	-	74	-
Omega Comercializadora de Energia Ltda	154	-	154	-
Omega Energia S.A	2.230	-	2.230	-
Indaia Grande Energia S.A	158	-	158	-
Porto das Barcas Energia S.A	12	-	12	-
Porto do Parnaíba Energia S.A	5	-	5	-
Porto Salgado Energia S.a	12	-	12	-
Gargaú Energética S.A	129	-	129	-
Omega Desenvolvimento S.A.	672	781	672	781
Omega Energia e Implantação 1 S.A	1.255	-	1.255	-
Delta 4 Energia S.A	3.017	-	3.017	-
Debêntures (b)				
Omega Desenvolvimento S.A.	-	6.995	-	6.995
	<u>8.067</u>	<u>7.776</u>	<u>8.067</u>	<u>7.776</u>

Omega Energia e Implantação 2 S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Balço patrimonial				
Passivo Circulante				
Outras obrigações (a)				
Omega Desenvolvimento 1 S.A.	(140)	(140)	(140)	(140)
Omega Comercializadora de Energia Ltda	(160)	-	(160)	-
Omega Energia S.A	(273)	-	(273)	-
Omega Desenvolvimento S.A.	(350)	(1.094)	(350)	(1.094)
Omega Energia e Implantação 1 S.A	(1.015)	(265)	(1.015)	(265)
Delta 4 Energia S.A	(2.500)	-	(2.500)	-
	<u>(4.438)</u>	<u>(1.499)</u>	<u>(4.438)</u>	<u>(1.499)</u>
Resultado				
Reembolso de despesas com controladas (a)				
Debitados (creditados) na rubrica despesas operacionais - Administrativas, pessoal e gerais.				
Hidrelétrica Pipoca S.A	(378)	-	(378)	-
Omega Desenvolvimento 1 S.A.	-	116	-	116
Indaiazinho Energia S.A	(100)	-	(100)	-
Omega Comercializadora de Energia Ltda	(5)	-	(5)	-
Omega Energia S.A	1.526	-	1.526	-
Indaia Grande Energia S.A	(222)	-	(222)	-
Porto das Barcas Energia S.A	(15)	-	(15)	-
Porto do Parnaíba Energia S.A	(37)	-	(37)	-
Gargaú Energética S.A	(171)	-	(171)	-
Kyria Energia S.A	(312)	-	(312)	-
Eólica Porto das Barcas S.A	(4)	-	(4)	-
Omega Energia e Implantação 1 S.A	1.087	261	1.087	261
Porto Salgado Energia S.A.	(24)	-	(24)	-
	<u>1.345</u>	<u>377</u>	<u>1.345</u>	<u>377</u>
Despesas financeiras, líquidas (b)				
Omega Desenvolvimento S.A.	-	-	-	40
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40</u>

(a) Refere-se às alocações de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

(b) Refere-se à subscrição de debêntures simples, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

8 Debêntures

Correspondente à debêntures simples emitida pela coligada Omega Desenvolvimento de Energia S.A e adquiridas pela Companhia em 15 de dezembro de 2015. Essa debêntures não eram conversíveis em ações, remuneradas por 100% da variação do Depósito Interfinanceiro, emitidas no valor original de R\$6.735. O resgate dessas debêntures ocorreu em 1º de junho de 2016, mediante encontro de contas com a coligada através de recebimentos de ativos imobilizados no montante de R\$20.626, compensação de contas a receber no valor de R\$9.711 e assunção de contas a pagar no montante de R\$4.180.

9 Investimentos

	Delta 3 I	Delta 3 II	Delta 3 III	Delta 3 IV	Delta 3 V	Delta 3 VI	Delta 3 VII	Delta 3 VIII	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	43.602	32.577	27.427	40.548	36.595	30.786	68.105	19.824	299.464
Resultado de equivalência patrimonial	(61)	(37)	(43)	26	(38)	(37)	(44)	(14)	(248)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	43.541	32.540	27.384	40.574	36.557	30.749	68.061	19.810	299.216

Os aumentos de capital nas controladas em construção durante o exercício de 2016 foram realizados com o objetivo de provê-las com recursos financeiros para arcarem com os investimentos na implantação dos respectivos parques eólicos.

10 Imobilizado

Composição

	Controladora						Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015			31/12/2016			31/12/15		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Administração												
Máquinas e equipamentos	172	-	172	-	-	-	174	-	174	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	53	-	53	-	-	-
Benefetórias em bens de terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	172	-	172	-	-	-	227	-	227	-	-	-
Imobilizado em curso	200.123	-	200.123	54.100	-	54.100	588.550	-	588.550	54.100	-	54.100
Total do imobilizado	200.295	-	200.295	54.100	-	54.100	588.777	-	588.777	54.100	-	54.100

Movimentação no exercício

	Controladora				Consolidado					
	Valor líquido 31/12/15	Adições	(i) Cisão	(ii) Transferências	Valor líquido 31/12/16	Valor líquido 31/12/15	Adições	(i) Cisão	(ii) Transferências	Valor líquido 31/12/16
Imobilizado em serviço										
Máquinas e equipamentos	-	25	-	147	172	-	27	-	147	174
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	53	-	-	53
	-	25	-	147	172	-	80	-	147	227
Imobilizado em curso	54.100	148.511	(2.315)	(173)	200.123	54.100	536.938	(2.315)	(173)	588.550
Total do imobilizado	54.100	148.536	(2.315)	(26)	200.295	54.100	537.018	(2.315)	(26)	588.777

(i) Maiores detalhes desta cisão podem ser verificados na nota nº 1.

(ii) O saldo residual de transferências na controladora e no consolidado foram em contrapartida com o ativo intangível.

11 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Fornecedores	77	2.502	88.129	2.502
	<u>77</u>	<u>2.502</u>	<u>88.129</u>	<u>2.502</u>

Refere-se a valores a pagar relativos a aquisições de materiais e serviços prestados por terceiros na implantação dos parques eólicos e linha de transmissão de uso restrito, os quais compõe o ativo imobilizado em curso.

12 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Valores reembolsáveis - nota 7	4.438	1.499	4.438	1.499
Aquisição de projetos - nota 8 (i)	10.222	-	10.222	-
	<u>14.660</u>	<u>1.499</u>	<u>14.660</u>	<u>1.499</u>
Circulante	13.488	1.499	13.488	1.499
Não circulante	1.172	-	1.172	-

(i) Refere-se a obrigações vinculadas a aquisição do projeto de construção do Complexo Delta 3, o qual foi originado em Omega Desenvolvimento de Energia S.A. e foi transferido para a Companhia em 2016, conforme descrito na nota nº 8.

13 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$526.093 (R\$67.400 em 31 de dezembro de 2015), representado por 530.730.100 (67.400.100 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas, contribuídos integralmente, em dinheiro, por Omega Desenvolvimento III Fundo de Investimento em Participações.

Em Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas no exercício de 2016, nas datas apresentadas no quadro a seguir, foram realizadas subscrições e integralizações de capital no montante de R\$463.300, com a emissão a 463.330.000 novas ações ordinárias.

Data	R\$	Quantidade
05/02/16	13.500	13.500.000
29/02/16	31.600	31.600.000
29/04/16	52.500	52.500.000
31/10/16	177.730	177.730.000
30/11/16	188.000	188.000.000
	<u>463.330</u>	<u>463.330.000</u>

Distribuição dos lucros

O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; e (ii) do saldo do lucro líquido restante e, conforme proposto pelo Conselho de Administração, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à constituição de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas sujeitas às leis e as regulamentações aplicáveis.

A cada exercício social, os acionistas terão direito a uma distribuição do dividendo obrigatório de, no mínimo, 2% (dois por cento) do lucro líquido do ano.

A distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento de tal dividendo é incompatível com a condição financeira da Companhia.

14 Despesas administrativas, pessoal e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Despesas de Pessoal	(397)	(1.602)	(460)	(1.600)
Outras	(621)	(102)	(931)	(104)
	(1.018)	(1.704)	(1.391)	(1.704)

Em 2016, houve a contratação de funcionários para colaborar com a implantação e construção dos parques eólicos, os quais geraram um aumento de despesas com pessoal que totalizou em 31 de dezembro de 2016 R\$9.634 nas demonstrações financeiras consolidadas (R\$1.579 em 31 de dezembro de 2015 nas demonstrações financeiras consolidadas). Esses valores incluem o recebimento de valores de despesas de pessoal administrativo e de apoio ao empreendimento que foi rateada entre partes relacionadas em 31 de dezembro de 2016 e que serão pagas pelo Grupo no montantes de R\$1.344 nas demonstrações financeiras consolidadas (R\$261 em 31 de dezembro de 2015) e sendo reduzidos por valores capitalizados no ativo imobilizado no exercício de 2016 no montante de R\$9.633 (não houve capitalização em 31 de dezembro de 2015).

15 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
<u>Receitas Financeiras</u>				
Juros s/ aplicações financeiras	477	755	477	755
Receita Debêntures	388	40	388	40
Pis e Cofins sobre receita financeira	(41)	(37)	(47)	(37)
Outras receitas	8	1	77	1
	<u>832</u>	<u>759</u>	<u>895</u>	<u>759</u>
<u>Despesas Financeiras</u>				
IOF	(107)	-	(107)	-
Outras despesas	(1.078)	(5.292)	(1.124)	(5.292)
	<u>(1.185)</u>	<u>(5.292)</u>	<u>(1.231)</u>	<u>(5.292)</u>
	<u>(353)</u>	<u>(4.533)</u>	<u>(336)</u>	<u>(4.533)</u>

No exercício de 2015, a rubrica Outras despesas inclui o valor de R\$5.289 relativo a perda acumulada no resultado final das contratações consecutivas de derivativos do tipo *Non Deliverable Forward* (“NDF”), com o objetivo de proteção as flutuações do câmbio por conta do contrato de compra e construção dos aerogeradores firmado em Dólares relacionado ao complexo Delta 3. Em novembro de 2015, a Companhia venceu outro leilão de venda de energia e renegociou os termos do contrato original de compra e construção dos aerogeradores, sendo esse novo contrato redigido e acordado em Reais, dessa forma, a Companhia liquidou suas operações de NDF que apresentavam perdas naquela data de R\$ 5.289.

16 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/16	31/12/15
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(1.608)	(6.237)
Alíquota corrente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	547	2.121
Exclusão de natureza permanente - despesas indedutíveis	(10)	-
Provisões indedutíveis temporariamente	(564)	(9)
Compensação prejuízos fiscais não ativados	27	-
Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(78)	(2.112)
Outros	22	(1)
	<u>(56)</u>	<u>(1)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>3,5%</u>	<u>0,0%</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e certas controladas apresentavam saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$6.362 (R\$6.210 em 31 de dezembro de 2015), para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativo, em face de sua expectativa de recuperação não ser considerada provável.

17 Resultado por ação

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação básico e diluído por ação, para os exercícios de 2016 e 2015.

	2016	2015
Numerador		
Prejuízo do exercício	(1.664)	(6.238)
Denominador		
Quantidade de ações - média ponderada	172.166.384	10.113.525
Prejuízo por ação - básico e diluído - em Reais	(0,0097)	(0,6168)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas demonstrações financeiras, bem como não há transações dilutivas.

18 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas detinham caixa e equivalentes de caixa mantidos com bancos e instituição financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório é apresentada a seguir:

	Nota	Consolidado	
		31/12/16	31/12/15
Caixas e equivalentes de caixa	6	26.614	3.492
Debêntures	8	-	6.995
		26.614	10.487

Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo virem a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo captou financiamento de longo prazo com o BNDES com o objetivo de concluir a construção dos parques eólicos. Após a conclusão da construção dos parques eólicos, o Grupo estima que nível das entradas de caixa geradas pela venda de energia será maior que as expectativas de saídas de caixa para pagamento de fornecedores e prestações de curto prazo dos financiamentos do BNDES.

Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Contábil - Consolidado		
	31/12/16	31/12/15	Categoria
Caixas e equivalentes	26.614	3.492	A
Debêntures	-	6.995	B
Fornecedores	88.129	2.502	C

A - Mensurados ao valor justo por meio do resultado

B - Empréstimos e recebíveis

C - Outros passivos financeiros ao custo amortizado

A Administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e subsidiárias detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes a Depósitos bancários no montante de R\$69 em 31 de dezembro de 2016 (R\$3 em 31 de dezembro de 2015) e instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes a Aplicações financeiras de liquidez imediata, no montante de R\$26.545 em 31 de dezembro de 2016 (R\$10.484 em 31 de dezembro de 2015).

19 Compromissos

Em novembro de 2015, houve a consolidação do contrato para fornecimento dos aerogeradores que compõe o projeto Delta 3, conforme descrito na nota explicativa nº 1, incluindo os serviços para instalação até o comissionamento. Os termos do contrato estão protegidos por cláusulas de confidencialidade.

A Companhia venceu os 22º Leilão de Energia Nova (193,2 MW) e 8º Leilão de Energia de Reserva (27,6 MW) para venda de energia no ambiente regulado a partir de janeiro de 2018 e novembro de 2018, respectivamente, ambos pelo prazo de 20 anos.

Arrendamentos mercantis operacionais

O Grupo participa de transações de arrendamento mercantis operacionais relacionado ao uso de terreno onde instalados seus parques eólicos. Os arrendamentos de terrenos foram firmados há longa data e o Grupo determinou que o arrendamento é operacional. Esses arrendamentos foram firmados por período equivalente ao período da autorização de cada parque eólico, com opção de renovação do arrendamento após este período. O aluguel pago mensalmente ao arrendador é determinado inicialmente em valor fixo e, quando iniciada a operação comercial é baseado em percentagem da receita mensal auferida em cada parque, e o Grupo não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, não foi reconhecido qualquer valor no resultado em função do Complexo Delta 3 estar em fase de implantação.

Os pagamentos futuros projetados de arrendamentos de terrenos são apresentados a seguir:

	Consolidado 31/12/16
Até um ano	2.860
Entre um ano e quatro anos	17.340
Mais de quatro anos	98.913
	119.113

20 Informações suplementares ao fluxo de caixa

As transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Transações de investimentos que não envolvem caixa				
Aquisição de ativo imobilizado não liquidadas em caixa	6.854	2.501	94.972	2.501
Resgate de debentures por meio de recebimento de ativos imobilizados, compensação de contas a receber e assunção de contas a pagar - nota nº 9	6.735	-	6.735	-
	13.629	2.501	101.707	2.501

21 Eventos subsequentes

Em 29 de março de 2017, foi assinado o contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES para Delta 3. O financiamento totaliza R\$952.740, com prazo de 204 meses sendo 192 meses para amortização e 12 meses de carência para o início de pagamento, com primeira amortização em 15 de abril de 2018, com taxa de juros de TJLP + 2,32% a.a.. Em 7 de abril de 2017, ocorreu o primeiro desembolso no montante de R\$ 428.733.